

A close-up photograph of several cacao pods hanging from a tree. The pods are dark brown and have a bumpy, textured surface. They are surrounded by green leaves and branches, with a bright blue sky visible in the background. A semi-transparent green rectangular box is overlaid on the center of the image, containing white text.

ASSENTAMENTO SANTA IRENE

Gongogi-BA

CARTILHA ASSENTAMENTO SANTA IRENE

Gongogi, 2025

EXPEDIENTE:

TEXTOS

Helenna Castro
Inara da Silva

REVISÃO

Mateus Britto
Helenna Castro

DIAGRAMAÇÃO

Inara Silva

FOTO DE CAPA

Helenna Castro

ASSISTENTES DE PRODUÇÃO

Alessandra Silva
Andreila Alcantara

REALIZAÇÃO

Movimento dos Trabalhadores Acampados,
Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA)
Comissão Pastoral da Terra (CPT-BA)

APOIO

Misereor Ihr Hilfswerk
Movimento pela Soberania Popular na
Mineração (MAM-BA)
Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)

SUMÁRIO

Apresentação	03
1) Introdução: A luta pela terra no Sul da Bahia	04
2) A história da luta: do acampamento ao assentamento	07
3) Produção: trabalho e resistência	09
4) Saúde: da reivindicação à realização	17
5) Educação: a trajetória da Escola Santa Irene	19
6) A voz da Juventude	24
7) Desafio e lutas atuais	25





ORAÇÃO DO SEM TERRA

**Valdemiro Bispo dos Santos,
Liderança histórica do Assentamento Santa Irene**

*Senhor,
Dobro o meu joelho sobre a terra e te faço uma oração
A terra é firme, Senhor
Como firme tornaste nossas mãos
Embora calejada, mas com força e coragem para trabalhar
Meu Deus, terra não dividida perde-se ansiosa
E se arrasta sem ação
Ouve, Senhor, a voz de um sem terra que te suplica
Dai-me, Senhor Jesus, um pedaço deste chão
Quero ver o solo trabalhado,
Quero ver o vento calado na plantação
E então, ao entardecer, eu não me sentirei cansado
E levarei a minha voz a ti, Senhor
Em gesto de gratidão.
Amém!*



Seu Valdemiro em sua roça. Foto: Helenna Castro.



APRESENTAÇÃO

Essa cartilha visa reunir dados e informações sobre o assentamento Santa Irene, localizado no município de Gongogi, no sul do estado da Bahia. O objetivo dessa sistematização é criar um documento que conte a história de luta da gente que ali vive, suas demandas, suas principais conquistas e desafios a partir dos olhares dos mesmos.

Elaborado de maneira coletiva, esse material busca colaborar com o conhecimento da população sobre a luta pela terra, tendo como foco o território sul-baiano, que possui amplo histórico de resistência.

Procura-se também construir um registro que dialogue com os assentados, especialmente os mais jovens, e engaje momentos de debate sobre a importância da luta histórica do assentamento para os dias atuais.



INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Sul da Bahia

Uma das heranças coloniais que podemos ver no nosso país até hoje é a concentração de terras. Enquanto muitos não têm um pedaço de terra para chamar de seu e dali tirar seu sustento, alguns possuem amplas extensões a perder de vistas.

O Sul da Bahia historicamente foi palco de muitos conflitos e focos de luta pela terra e defesa de territórios.

Nessa região ocorreram as primeiras batalhas populares contra o projeto colonizador português baseado na escravização e no saque dos recursos naturais.

Esses conflitos perduraram pelos séculos posteriores, impulsionados pela expansão da pecuária e dos

monocultivos, principalmente os de café e eucalipto.

Durante todo o século XX ocorreram diversos conflitos fundiários na região sul do estado com forte resistência e organização popular. No ano de 1934, foi criado um dos primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Brasil, em Pirangi, distrito de Ilhéus (hoje Itajuípe), e em 1952 surgiu o Sindicato Itabuna-Ilhéus, um dos maiores sindicatos do país à época. Em 1963, foram fundadas as Ligas de Itabuna, de Itacaré e de Ubaitaba.

A ditadura militar (1964-1985) foi um período de perseguição a organizações sociais e lutadores populares no campo e na cidade.



INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Sul da Bahia

Durante os “anos de chumbo” muitas comunidades rurais e indígenas sofreram com expulsões e ataques vindos do próprio Estado brasileiro ou de empresários e latifundiários.

Os trabalhadores em luta pela reforma agrária tinham muitos desafios a enfrentar para ter seus direitos garantidos, já que os latifundiários e o agronegócio foram favorecidos pelo regime, enquanto movimentos como as Ligas Camponesas foram desarticulados.

A nossa Constituição Federal (CRFB/1988), elaborada ao fim da ditadura militar, estabeleceu os princípios para destinação de terras para a reforma agrária. Ficou decretada a necessidade que cada propriedade rural cumpra uma **função social**, ou seja, se utilize da terra de maneira ecologicamente sustentável, com produção ativa e respeito aos direitos trabalhistas.

Caso não cumpra tal requisito, grandes propriedades podem ser desapropriadas em favor do interesse social (às pequenas e médias propriedades só cabe a destinação à reforma agrária se os donos possuírem mais de uma).

O cacau foi o fruto que movimentou a economia sul-baiana durante muitas décadas, sendo seu ápice entre 1960 e 1980.

Quando veio a crise gerada pela infestação de vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora pernicios*) entre o fim da década de 1980 e início de 1990, milhares de trabalhadores desempregados se organizaram para fazer ocupações de terra.

Este momento desencadeia uma nova etapa dos conflitos no campo do Sul da Bahia, onde a ofensiva dos camponeses é respondida com extrema violência pelos latifundiários.



INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Sul da Bahia

Nesse contexto surgem diversas organizações populares em defesa da reforma agrária, a exemplo do Movimento de Luta pela Terra (MLT), da Frente dos Trabalhadores Livres (FTL) e do **Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia**, o CETA, que se chamava Coordenação Estadual dos Trabalhadores Acampados e Assentados.

Durante os anos 1990 foram estabelecidos mais de 40 projetos de assentamento na região sul da Bahia, resultado de grande pressão popular sobre os órgãos responsáveis. Já nas duas décadas dos anos 2000 foram menos de 30, sendo o assentamento Santa Irene um deles.



*Assembleia dos 30 anos do CETA realizada em Salvador-BA, em 2024.
Fotos: Helenna Castro.*

2



A HISTÓRIA DA LUTA

Do acampamento ao assentamento

*“Essa reforma agrária foi uma coisa que Deus mandou.”
Seu Valdemiro*

Os diálogos entre os futuros acampados começaram em 1998. Na primeira reunião, realizada no salão paroquial da Igreja de Gongogi, foram cadastradas 26 famílias interessadas em lutar pela conquista da terra. Segundo os relatos, diversas assessorias estiveram presentes para auxiliar e apoiar os trabalhadores, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da FASE e do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

Em 1999 foi fundada a Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais Desempregados de Gongogi com o intuito de organizar os trabalhadores para ocupar terras. Os associados realizaram um

levantamento das fazendas improdutivas da região, chegando a quatro nomes, das quais se destacavam a “São Benedito” e a “Santa Irene”.

O primeiro acampamento foi levantado na Benedito, como é popularmente chamada. Lá passaram por volta de dois anos acampados, período em que o número de famílias aumentou bastante. Passaram tempo similar “na beira da pista”, região da Fazenda Santa Irene cortada pela estrada, antes da imissão da posse.

Em novembro de 2001, a Fazenda Santa Irene foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária.



A HISTÓRIA DA LUTA

Do acampamento ao assentamento Santa Irene

Depois de muita luta, com as lideranças pleiteando a imissão de posse, a vitória finalmente veio. Foram 4 anos debaixo da lona, fazendo luta, pressionando o Poder Público. O acampamento, que era composto por pessoas de diversas origens e profissões, mudou de lá pra cá e de cá pra lá muitas vezes até finalmente alcançarem a conquista da terra.

No dia 03 de abril de 2003 cerca de 70 famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas da Bahia (CETA) receberam imissão de posse da Fazenda Santa Irene, onde hoje existe o assentamento de mesmo nome.

No início houve muitos ataques contra os acampados vindo dos trabalhadores meeiros da Fazenda Santa

Irene. Foi necessário pedir reforços ao Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST) para que cessassem as represálias.

Quando tomaram posse, mudaram o estatuto e o nome da associação, que passou a ser **Associação do Projeto de Assentamento Santa Irene**, como se chama até hoje.

Após a entrada no território, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) avaliou que o assentamento poderia ter mais 11 lotes, então os assentados realizaram convites a acampados em outros locais para se somarem. **Hoje são 81 famílias assentadas no Santa Irene, em uma área que engloba cerca de 1.000 hectares.** Embora a imissão de posse tenha ocorrido há 22 anos, até hoje os assentados seguem sem titulação dos seus lotes.



PRODUÇÃO

Trabalho e resistência

A produção agrícola é um dos pilares da Reforma Agrária, por representar o acesso à terra como meio de subsistência. No Assentamento Santa Irene, ela ocupa um papel central na vida das famílias. Desde a posse do território, as decisões coletivas sobre o uso da terra têm sido guiadas pelo compromisso com uma produção saudável e sustentável, priorizando o cultivo sem o uso de agrotóxicos.

A principal produção desde a formação do assentamento é o cultivo do cacau. Os cacauzeiros mais antigos foram sendo replantados ao longo dos anos, mesmo diante dos desafios do tempo, como a seca de 2015, que afetou muitas roças na região.

Depois do cacau, os produtos mais cultivados no território são as hortaliças, como coentro, salsa, couve e alface. Também há o plantio de abacate, milho, feijão, abóbora, mandioca e banana. De modo geral, as famílias vivem daquilo que produzem, organizando-se para escoar o que cultivam por meio de programas de compra pública, de políticas de fomento à agricultura familiar, e feiras locais.

Um dos principais canais de comercialização é a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por meio dessa política, parte da produção agrícola local passou a ser adquirida para abastecer comunidades.



PRODUÇÃO

Trabalho e resistência

O que não é direcionado ao PAA é comercializado na feira do município de Gongogi. Em anos anteriores, parte das famílias também contou com o apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Atualmente, há o interesse em retomar e ampliar parcerias semelhantes, buscando fortalecer o trabalho agrícola e gerar novas oportunidades dentro do território.

Outra dinâmica produtiva no território, formulada a partir da organização coletiva de mulheres, é a Agroindústria (**Unidade de Beneficiamento de Derivados de Frutas**). A iniciativa começou quando algumas mulheres decidiram plantar juntas e produzir bolos e biscoitos, tendo a princípio 20 integrantes.

Com o apoio de uma nutricionista de Gongogi, surgiu a ideia de estruturar uma associação de mulheres, com o objetivo de organizar melhor a produ-

ção e comercializar os produtos em escolas, feiras e programas de aquisição de alimentos, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2014, a **Associação de Mulheres do Projeto de Assentamento Santa Irene** foi formalmente registrada, e foi definido um prazo para que as participantes realizassem seus investimentos iniciais, tendo em vista que a família que iniciou a iniciativa já havia custeado a estrutura e comprado os materiais necessários. Em 2018, a associação contou com o apoio do projeto Bahia Produtiva, uma iniciativa do Governo do Estado que financiou subprojetos voltados à inclusão socioprodutiva, ao fortalecimento de associações comunitárias e à melhoria da infraestrutura de produção e comercialização.

Por meio desse programa, a associação conseguiu ampliar sua estrutura e conso-



PRODUÇÃO

Trabalho e resistência

lidar a agroindústria, que hoje conta com duas unidades: uma dedicada à panificação e outra ao processamento de polpas de frutas. Atualmente, a associação conta com 14 integrantes fixas, além de pessoas que contribuem pontualmente na produção.

A produção agrícola do assentamento também serve como base para **iniciativas individuais**, especialmente de mulheres, como a elaboração de **produtos artesanais**. Um exemplo é a produção de sabonetes, que utiliza plantas cultivadas no território, como aroeira, erva-cidreira, capim-santo e babosa. A venda ocorre no assentamento e, além de ser uma forma de alternativa de aquisição de renda, busca valorizar os conhecimentos tradicionais sobre o uso das plantas do nosso bioma. Além dos sabonetes, também há quem produza temperos alimentícios.

As plantas utilizadas incluem coentrinho, salsa, cebola, alfavaca-fina, hortelã, urucum, cominho, açafraão, coentro-largo e pimenta-doce. O cultivo é feito sem o uso de agrotóxicos, e quando há falta de algum ingrediente do tempero, se recorre a produtores vizinhos. Os produtos são fornecidos para restaurantes na cidade de Gongogi, para clientes em Itabuna e também para a própria comunidade.

Podemos encontrar também à venda no assentamento peças de crochê, como roupas, panos-de-prato e peças de cama, mesa e banho.

Por fim, uma prática que se destaca como meio de preservação de saberes ancestrais é o trançar de cabelos, atividade manual considerada patrimônio imaterial da cultura afro-brasileira, reforçando a identidade negra no território.



Fotos: Helena Castro



Fotos: Helenna Castro.



Fotos: Helena Castro.



Fotos: Helenna Castro.



Fotos: Arquivo passool.



SAÚDE

Da reivindicação à realização

O assentamento Santa Irene conta uma **Unidade de Saúde da Família**, que recebe o nome de Silvino Alcântara, em homenagem a este senhor que dedicou a vida ao trabalho na saúde no município de Gongogi). A USF é bem estruturada, com salas separadas para triagem, vacinação, consultórios médico e odontológico, farmácia, recepção e copa.

Antes da criação do posto de saúde, os moradores precisavam se deslocar até o centro de Gongogi, onde algumas fichas eram reservadas para toda a zona rural do município. A disponibilidade de fichas não era garantida, e muitas vezes os assentados retornavam sem atendimento.

Entre os anos de 2016 e 2017 iniciou-se um processo de reivindicação de melhorias no atendimento à saúde. A comunidade realizou diversas reuniões internas para discutir suas demandas e prioridades. Foram então convidados o prefeito e o secretário de saúde à época para um diálogo que culminou na instalação do posto de saúde. **Hoje o posto atende não só os assentados, mas também algumas comunidades vizinhas.**

As consultas médicas são realizadas às segundas-feiras. A cada quinze dias há atendimento de técnica de enfermagem, além da presença diária de enfermeiros e agentes comunitários.



Fotos: Helenna Castro.

EDUCAÇÃO

A trajetória da Escola Santa Irene

“As crianças dali estudavam todas naquele local mesmo. Todo mundo com o seu material, tinha merendeira, tinha tudo ali em baixo da lona, que era um momento muito gostoso com as famílias, com as crianças”.

Renilda Carvalho, professora da escola à época e atual diretora

As atividades da Escola Santa Irene iniciaram-se ainda no acampamento, por volta de 2001, embaixo dos barracos de lona “no Benedito”. Naquele tempo ela era chamada de “Mundo Novo”. Quando veio a imissão de posse e os acampados entraram para a fazenda Santa Irene já havia uma escola no terreno, onde os meeiros e seus filhos estudavam. Com o surgimento do assentamento Santa Irene, os filhos dos agricultores começaram a estudar nesse local, mas a estrutura era muito pequena.

Como o número de alunos era grande, os estudantes e professores precisavam se deslocar para um local maior, onde era guardado o cacau.



Foto: Arquivo pessoal.



EDUCAÇÃO

A trajetória da Escola Santa Irene

Com o passar dos anos e com muitas demandas levadas aos órgãos responsáveis, esse local passou por várias reformas e adaptações para ser a atual **Escola Municipal Santa Irene**. Assim como em outros âmbitos, o MST auxiliou o CETA na constituição da escola.

“A participação do MST influenciou decisivamente o processo de (re)constituição da referida escola e, logo, o contexto histórico e cultural da comunidade assentada na Fazenda Santa Irene, à medida que estudou a história e cultura locais e regionais, a fim de propor um projeto educacional relacionado ao contexto social e cultural do assentamento e do município.” (NASCIMENTO, 2024)

A escola hoje é frequentada por cerca de 90 alunos da educação infantil, em classes multisseriadas, durante a manhã e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à noite. Os alunos são destinados às escolas da área urbana de Congogi a partir do sexto ano.

A escola conta com uma sala chamada de **“Cantinho de leitura”**, onde ocorrem contações de histórias, teatro de fantoches e outras expressões artísticas com os alunos.

A **quadra poliesportiva**, inaugurada em 2024, também integra a estrutura escolar. Nela são realizadas as aulas de educação física às sextas-feiras. Esse espaço também é utilizado para lazer e realização de eventos da comunidade e do município, no geral.



EDUCAÇÃO

A trajetória da Escola Santa Irene

Dentre as necessidades em relação à escola está a disponibilidade de ensino em tempo integral, com atividades no contraturno das aulas. Na estrutura ainda estão faltando os portões externos e um parque infantil. Também não há previsão de adaptação de salas para creche e/ou berçário.

Desde 2021 a Escola faz parte do **Programa Forma Campo**, que se volta para a formação continuada dos educadores que atuam na zona rural a fim de fortalecer práticas educativas específicas para os camponeses. Trata-se de um programa extensionista ligado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC) da UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia).

Embora o programa tenha sua importância, vale ressaltar que os métodos de trabalho da Escola Municipi-

pal Santa Irene sempre visaram abarcar as necessidades e realidades dos alunos do campo. Uma lacuna apontada no quesito educação é a falta de formações técnicas que possam agregar diretamente no território, a exemplo de curso técnico e/ou superior em agroecologia, etc.

Um desafio é garantir que as pessoas que possuem origem no assentamento participem e liderem os processos que ocorrem no território, como a formação do quadro de funcionários da escola. Quando os assentados têm espaço para assumir responsabilidades e contribuir com suas competências, a gestão das atividades se aproxima mais das necessidades reais do assentamento, promovendo continuidade das ações e o fortalecimento da vida coletiva.

ESCOLA MUNICIPAL SANTA IRENE



ESCOLA MUNICIPAL SANTA IRENE

MISSÃO

Oportunizar uma educação alicerçada na conservação dos valores humanísticos e éticos, em um ambiente dinâmico e integrador para formar alunos com autonomia intelectual e condições de prosseguir na vida acadêmica.

VISÃO

Somos conhecidos como referência educacional, obtendo destaque nos principais exames educacionais, sempre reafirmando nossos valores na construção de uma história de responsabilidade, respeito à liberdade e no compromisso de viver o presente, respeitar o passado e construir o futuro para o pleno desenvolvimento de nossos alunos.

"O verdadeiro professor jamais ensina, desafia o aluno a buscar respostas e transferi-la para a vida!"
Carlos Antunes

Fotos: Helêna Castro.

**Inauguração da Quadra Municipal Poliesportiva
José Oliveira Santana**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Ministro de Estado da Educação

ADRIANO MENDONÇA PINHEIRO
Prefeito Municipal de Gongogi

FERNANDA MACEDO PACOBAHYBA
Presidente do FNDE

REIVALDO SANTOS DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação

Gongogi/BA, 04 de Julho de 2024



Fotos: Helenna Castro.



A VOZ DA JUVENTUDE

O futuro da Santa Irene

Desde o acampamento inicial até hoje já transcorreram mais de 25 anos. A geração que viu a luta pela conquista da terra já tem seus netos e até bisnetos, muitos deles nascidos no próprio assentamento. Parte dessas novas gerações não seguiu no território, indo em busca de outras oportunidades fora do Santa Irene, seja para estudar ou trabalhar.

Apesar do potencial econômico da produção agrícola local, há uma grande saída de jovens para outras cidades.

Algo apontado como necessário para fortalecer a identidade sem terra e estimular os jovens a permanecer no território é a **continuidade de formações políticas**, algo que já foi regular no passado, princi-

palmente em períodos de intensos enfrentamentos por direitos.

Temas como **reforma agrária, direitos sociais, organização comunitária e questões ambientais** podem ter o potencial de incentivar os jovens a se colocarem enquanto protagonistas nas lutas.

Atualmente, a juventude do assentamento tem participado de forma mais ativa em diferentes iniciativas coletivas, como os mutirões voltados à manutenção das estradas, capina das áreas e conservação dos espaços utilizados pela comunidade. Além disso, os jovens também organizam torneios na quadra, que funcionam como momentos de lazer e integração entre os assentados que gostam de futebol.



DESAFIOS E LUTAS ATUAIS

As batalhas do presente

Mais de duas décadas depois da conquista da terra, os assentados da Santa Irene ainda vivem um desafio que atravessa gerações: **a ausência do título definitivo da propriedade.** Este documento garante segurança jurídica e o reconhecimento pleno das famílias como donas da terra que conquistaram por meio da luta pela reforma agrária.

Atualmente, o assentamento possui a posse do território, contudo, é o título que assegura a estabilidade e possibilita novas oportunidades de investimento.

Enquanto aguardam a regularização, os assentados seguem produzindo e se articulando para ver o território oficialmente reconhecido.

Nos dias de hoje, outro desafio é garantir que o

assentamento continue recebendo investimento em políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como o PAA. Dentre os principais produtos distribuídos pelo programa estão banana-da-terra, mandioca, abacate e hortaliças.

Outro marco importante da história do Santa Irene é a **Casa de Farinha**, construída a partir de um projeto desenvolvido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT) do Campus XXI, em Ipiaú. A ação fez parte do projeto Agroecologia e Sustentabilidade dos Assentamentos da Mata Atlântica (Fasama), que implantou casas de farinha para beneficiar mais de 100 famílias dos assenta-



DESAFIOS E LUTAS

As batalhas do presente

mentos Santa Irene e Nova Vitória (Ilhéus). A ação é fruto de convênio entre a Fasama e o INCRA, através do Projeto Terra Sol, e conta com apoio da Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco (Fundesf) e financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Atualmente, a Casa de Farinha encontra-se desativada, a associação busca apoio e parcerias para retomar a produção. Um projeto em andamento prevê a criação de uma fábrica de derivados da mandioca e aguarda recursos para reforma, instalação de equipamentos e início das atividades.

Dentre as lutas enfrentadas pela comunidade assentada, destaca-se também a **resistência contra a passagem da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)** entre os anos de 2011 e 2013. Segundo relato do antigo presidente da associação do assentamento, Valdemiro Bispo, a ferrovia tentou avançar “às escondidas”, medindo áreas e acionando operadores no local, mas encontrou uma resposta firme, a mobilização imediata, recusa em negociar lotes por dinheiro e até a ameaça de queimar as máquinas caso elas entrassem para derrubar roças e cercas. Essa resistência forçou a suspensão de negociações e fez com que a FIOL medisse o traçado por outro caminho, mostrando que **a defesa do território, quando articulada e determinada, pode suspender projetos que ameaçam o bem estar da comunidade.**



Casa de Farinha. Foto: Hingryd Freitas.



DESAFIOS E LUTAS

As batalhas do presente

Outro desafio é o **acesso à água potável**, situação que afeta diretamente o cotidiano das famílias.

A Associação do Santa Irene tem mobilizado os governos municipal, estadual e federal na busca por soluções que assegurem o fornecimento regular e adequado de água para o assentamento.

Além das questões produtivas e de regularização fundiária, há também o desafio de **fortalecer os vínculos entre as famílias do assentamento**.

Maria Fernandes, conhecida como Lia, que já integrou a coordenação da associação nos primeiros anos de organização, destaca que *a união foi essencial para dar início à luta pela terra e para as conquistas alcançadas ao longo da história.*

“Desde o acampamento ali, eu e Dona Célia, a gente estava presente em todas as chamadas. Era

tão unido que, de manhã, tinha uma oração no barraco. E aí era só tocar um sininho, todo mundo se reunia. Era muito lindo. Hoje a gente vê como mudou tudo. [...] O seu café, se você não tivesse, você dividia comigo. Era assim, um pacote de café todo mundo bebia.”

A fala de Lia reforça que os vínculos de cooperação, apoio e persistência em construir juntos nos primeiros tempos de luta no assentamento Santa Irene são fundamentais não apenas para o presente, mas também para o que deve ser construído no futuro do assentamento, especialmente em um **cenário político que muitas vezes privilegia o agronegócio em detrimento da reforma agrária e da produção da agricultura familiar.**



Fotos: Helenna Castro.



REFERÊNCIAS

FREITAS, Hingryd Inácio de. **Assentamentos rurais em terras sul baianas: sujeitos em luta, territórios em disputa.** Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Uneb instala casas de farinhas em assentamentos.** Agecom, 17 jul. 2007. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cQgxD>. Acesso em: 21 out. 2025.

NASCIMENTO, Priscilla Santos. Escola Municipal Santa Irene e sua relação com a educação pública no Brasil. **200 anos de Escolas Públicas no Brasil: cartografias da História da Educação no Portal do Bicentenário.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. Pgs. 150-165.

SANTANA, Gabi Ferreira. **Luta pela Terra no Litoral Sul Da Bahia: Um Estudo Sobre A Atuação Da Comissão Pastoral Da Terra (CPT) em Canavieiras e as representações da imprensa em 1983-1986.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2022.

REALIZAÇÃO



APOIO

